

MULHER, MÃE, PROFESSORA, VIÚVA E LAVRADORA: história de vida de Deusilene Rodrigues e a ocupação da Fazenda Terra Bela em Buriticupu - MA

Darlene Rodrigues Area Silva¹

RESUMO: Analisaremos a ocupação e formação do Acampamento/Assentamento Terra Bela, localizado na cidade de Buriticupu, oeste do estado maranhense, tomado pelos trabalhadores rurais na década de 1980, através da história de vida de Deusilene Rodrigues, esposa de um dos líderes da ocupação, já falecido. Professora pioneira do assentamento, mãe de dois, trabalhadora rural desde a infância e atualmente ainda reside na zona rural da Terra Bela. Ela vivenciou os primeiros anos da tomada da fazenda, juntamente com outras mulheres, protagonizou sua história e lutou do início ao fim pelo direito a terra livre. Suas experiências foram relatadas através da oralidade em uma entrevista realizada em novembro de 2021 na residência da mesma.

Palavras-chave: Assentamento Terra Bela; Buriticupu; Deusilene Rodrigues.

1 INTRODUÇÃO

O município de Buriticupu foi oficialmente legalizado em novembro de 1994 pela Lei Estadual nº 6162. Entretanto, sua história de formação e desenvolvimento remonta à década de 1970 com a criação do Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola pelo governo estadual. O projeto objetivava tornar a área do então povoado e entorno mais produtiva, aproveitando o máximo de seu potencial, bem como estimular a migração ordenada de famílias para a localidade.

Atualmente o município está há 412 km de distância da capital São Luís, localizado a oeste do estado e integra a microrregião do Pindaré com mais 21 municípios. No início da década de 1970, o território se localizava numa área de fronteira agrícola que estava em plena expansão.

Seu processo de desenvolvimento esteve intimamente ligado às políticas públicas de ocupação de terras devolutas amparadas pelo governo ditatorial em todo o país, baseado na ideologia de segurança nacional e modernização conservadora, visando

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2021). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas – PPGHIS/UFMA. Integrante do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias – GEPOLIS. Integrante do Grupo de Pesquisa Poderes, Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas - POLIMT. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. E-mail: dra.silva@discente.ufma.br

sempre o crescimento econômico do grande capital privado e exploração da terra por parte de grandes empresários e latifundiários, tomando-a como uma mera mercadoria geradora de riquezas para um grupo seletivo privilegiado.

No Brasil após o golpe de 1964 e instauração do governo ditatorial militar, o meio rural foi sendo gradativamente incorporado ao projeto autoritário dos militares através das políticas de ocupação do território, cuja estrutura e objetivos favoreceram sobremaneira a concentração fundiária, exploração e domínio das terras tidas devolutas.

Através de inúmeros incentivos fiscais e subsídios econômicos oferecidos pelo Estado, grandes extensões de terras foram incorporadas ao domínio particular de uma pequena classe oligárquica e latifundiária presente no país desde o período colonial, cujo modelo de produção é baseado na exploração da mão de obra indígena, negra e camponesa.

Gigantescas extensões de terras em todo o país foram “compradas” por uma elite agrária, industrial e conservadora que investiu na produção agrícola primária para exportação, formando inúmeros latifúndios particulares espalhados pelo território brasileiro, integrado por grandes grupos econômicos, mas com a mesma dinâmica histórica tradicional dos latifúndios: “concentrador, improdutivo e escravocrata”. (SEIBERT, 2018, p. 232).

A partir de um discurso de inovação tecnológica, modernização econômica e segurança nacional, o governo militar atualizou desigualdades históricas vividas por inúmeras famílias de camponeses, que tiveram suas terras expropriadas pela grilagem e o latifúndio, enfrentando a pobreza extrema e inúmeras dificuldades na produção e comercialização de seus produtos agrícolas.

De fato, os mesmos subsídios fiscais e benefícios não foram oferecidos pelo Estado para a agricultura camponesa, ao contrário disso. As desigualdades aumentaram e o acesso à terra foi infinitamente dificultado, deixando em crescente vulnerabilidade econômica e social essas famílias, em especial as mulheres.

Nesse sentido, a chamada “modernização econômica” para o meio rural brasileiro e latino americano foi e ainda o é baseada na grande propriedade rural e na exploração da mão de obra campesina, voltada exclusivamente para atender as demandas do capital estrangeiro, haja vista que o controle da propriedade, num mundo capitalista, é “um

elemento de poder econômico e político”. (CALAÇA, ALMEIDA; CORDEIRO; SILVA; SOUSA; SANTANA; DANTAS. 2018, p. 58).

O Maranhão se insere no processo de concentração fundiária do governo militar a partir da promulgação da Lei de Terras de 1969 (nº. 2.979), publicada pelo então governador José Sarney. A Lei respaldou a legalização de grandes territórios à iniciativa privada e encorajou a instalação dos projetos agropecuários e industriais nas terras públicas do estado, entregando o controle destas nas mãos de grupos empresariais do Nordeste, do centro-sul e também de fora do Brasil. (BARBOSA, 2015, p.49-54).

A ideia de que o estado maranhense era um lugar propício para investimento e constituição de uma vida nova, além de ser um lugar de liberdade e justiça social, o “eldorado brasileiro” foi bastante difundida pela imprensa local desde a década de 1930, mas se aprofundou com a eleição de José Sarney para governador do estado em 1966. (BARBOSA, 2019, p. 146-147).

Na acepção de Barbosa (2015, p. 49-50), a Lei de Terras em muito contribuiu para o aumento dos conflitos entre camponeses e grandes empresários/latifundiários no meio rural maranhense, “na medida em que se tornou dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas do acesso à terra [...]”.

Dessa forma, a tão propagada libertação e modernização do Maranhão “manteve intocável a estrutura da propriedade territorial” (BARBOSA, 2019, p. 151), além de não gerar novos empregos, e nem necessariamente expandiu a agricultura ou o setor industrial do estado. Do lado da moeda, temos, entretanto, os trabalhadores e trabalhadoras rurais que foram expulsos de suas terras e impedidos de expandir sua produção.

A história de formação de Buriticupu se insere nesse discurso de interiorização do progresso e seu povoamento foi marcado pela intensa migração de famílias camponesas para a região a partir de 1973, de dentro e fora do Maranhão. Essas famílias, acreditando nas propagandas do governo de que iriam ter terra, água potável, saúde digna, moradia, direitos respeitados se deslocaram para a região em busca de melhores condições de vida e principalmente em busca de terra para trabalhar e sustentar suas famílias.

A empresa responsável pelo projeto de colonização da região de Buriticupu foi a COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) criada em 1971 para facilitar a instalação dos projetos agropecuários e organizar o assentamento de cerca de 10 mil

famílias no local. A empresa estatal incorporou ao seu domínio uma área de 1.700.000 hectares, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré Mirim, Santa Luzia e Amarante do Maranhão. (BARBOSA, 2015, p. 55 apud ALMEIDA; MOURÃO, 1976, p. 6).

Na região de Buriticupu, entre Açailândia e Santa Luzia, foi implantado um “trecho rodoviário de aproximadamente 250 quilômetros, na época MA-74 e hoje, BR 222.” (LACERDA, 2014, p.83). Três acontecimentos foram fundamentais na história de Buriticupu, primeiro a edição de Lei de Terras de 1969, segundo a criação da COMARCO em 1971 e por último a abertura da rodovia MA-74 que abriu caminho para a grilagem desenfreada de terras, na medida que facilitava o transporte de mercadorias.

A péssima administração da COMARCO, o não cumprimento das promessas feitas pelo governo, a insuficiente demarcação de terras para as famílias, a grilagem desenfreada dos grupos econômicos ao redor da área de colonização e a intensa migração de pessoas para a região todos os dias, na esperança de conseguir um pedaço de terras, geraram inevitavelmente um clima de tensão e conflito.

A tensão se materializou no principal conflito agrário da região, a tomada da Fazenda Terra Bela em 1988, um latifúndio particular de mais de 24 mil hectares. Hoje, o maior bairro do município e um assentamento rural regulamentado pelo INCRA. A tomada vitoriosa da fazenda foi liderada por trabalhadores rurais insatisfeitos com suas condições de vida e em busca de Reforma Agrária. Nesse conflito percebemos a presença de inúmeras mulheres, geralmente esposas dos primeiros posseiros. Elas estiveram presente durante todo o conflito e vivenciaram igualmente o medo de serem mortas por forças do estado ou de matarem seus companheiros.

A história de vida de Deusilene Rodrigues, a partir de sua juventude, foi profundamente marcada por esse conflito e suas memórias nos ajudaram a reconstituir, de alguma forma, a dura experiência de formação dos assentamentos rurais nesse país, a vida cotidiana, bem como a presença, o protagonismo e os trabalhos realizados pelas mulheres na fazenda ocupada.

2 FAZENDA TERRA BELA: história de vida, direito à terra, luta e resistência

“O risco que corre o pau, corre o machado, não há o que temer, aquele que manda matar também pode morrer”.

A Fazenda Terra Bela pertencia a funcionários ligados a Construtora Mendes Júnior, responsável pela abertura da MA-74 que conseguiu “comprar” a área de mais de 24 mil hectares através da mediação da COMARCO. Logo depois a fazenda foi vendida para um fazendeiro de Santa Helena de Goiás que utilizava uma pequena parcela territorial da mesma para agricultura e pecuária. A fazenda era vigiada por pistoleiros contratados pelo fazendeiro, haja vista que o mesmo possuía negócios em outras partes do país e as terras compradas no Maranhão eram apenas um de seus tantos negócios.

No que tange a Terra Bela, estava localizada do outro lado da BR-222. A fazenda era dotada de terras férteis, de boas condições para cultivo de gênero alimentícios de diversos e maior facilidade de acesso à água potável. Mesmo assim, sua posse estava nas mãos do capital privado, constituindo-a como um grande latifúndio.

Enquanto isso, a experiência de colonização, ao invés de possibilitar aos trabalhadores a fixação na terra e demarcações suficientes para as novas famílias que chegavam, foi, na prática um processo de negação de direitos. O incentivo estatal para os grandes projetos econômicos de internacionalização da economia levou ao mesmo tempo a “desarticulação da pequena produção camponesa, à intensificação dos conflitos agrários e ao aumento da concentração fundiária, bem como, determinaram o empobrecimento do meio camponês”. (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 38).

Nesse contexto de opressão e de efervescência dos discursos pela Reforma Agrária em todo o país, os trabalhadores e trabalhadoras rurais resolveram se organizar para ocupar a fazenda. O grupo foi liderado pelo lavrador Luís Soares da Silva, o Vila Nova, que posteriormente veio a ocupar um cargo de Deputado Estadual, e por Manoel da Conceição (*in memorian*) que dirigia o CENTRUR/MA – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Segundo registro de Azevedo (2009, p. 196), ao longo do conflito, somando os dois lados, foram registradas, pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros.

Segundo o livro “A história do Assentamento Terra Bela: 30 anos de lutas e conquistas (2018, p. 34) do memorialista da região, Isaías Neres Aguiar, o grupo de trabalhadores foi apoiado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), pela Igreja Católica, sindicados dos Trabalhadores Rurais, a Cáritas Brasileira, a Federação dos

Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), a Pastoral da Criança e o Movimento das mulheres da Ilha. Entretanto, os protagonistas do movimento foram os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Nesse contexto, a experiência de Terra Bela significou a manifestação de um grito, de uma explosão, de uma revolta e, ao mesmo tempo, a construção de uma alternativa para os trabalhadores rurais. Foi quando eles resolveram então atravessar a BR-222 em busca da nova terra, passando ocupá-la de forma organizada. (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 38).

A Terra Bela representava o fim da grande peregrinação dessas famílias em busca de terra, em busca do tão sonhado “eldorado” propagado pelo governo. Dona Deusilene nos conta um pouco de sua história e como foi chegar na fazenda.

[...] eu nasci no município de Altamira do Maranhão, [no interior] chamado Olho d'Água do Escondido em 1965 e vim pra cá em 90, em janeiro de 90. Chegamos aqui o Luís [marido falecido] foi plantar a roça. Ele foi dos primeiros, das primeiras pessoas que entraram aqui, no grupo quando vieram do pessoal do Rio Grandense [...] Eu casei em novembro de 89, eu vim em janeiro, aí eu passei o mês de janeiro [...] que eu lembro que o Luís terminou de plantar a roça e nós fomos, mas nós passemos o restante do mês de fevereiro e março lá (cidade de Santa Luzia) e viemos pra cá em abril de novo. Aí depois que nós viemos não voltemos mais não. (Deusilene Rodrigues, Buriticupu, 2021).

A peregrinação de Deusilene desde seu nascimento foi construída no campo, no meio rural do interior do Maranhão. Desde sempre trabalhou na roça com sua família, desde o preparo da terra, à plantação e colheita dos alimentos, como também trabalhou na quebra do coco babaçu aliado a agricultura familiar, como meio de subsistência para a família.

Ela aponta que o marido veio primeiro e que ele participou ativamente do grupo de trabalhadores que organizaram a tomada da fazenda. Vale ressaltar que a tomada da fazenda ocorreu em 1988, ano que os dois ainda não eram casados, haja vista que casaram no ano seguinte e meses depois migraram para o acampamento. Pressupomos que a luta vitoriosa pela terra impulsionou o casamento de ambos e abriu novas possibilidades para a construção de um futuro juntos.

O relato também aponta que a chegada das mulheres, logo depois de seus maridos, representava a fixação e integração definitiva na terra, por isso elas são parte primordial do desenvolvimento do mundo rural. Segundo análise de Perrot (2019, p. 111), o mundo rural é profundamente hierarquizado e cujo “pilar é casal”. Por isso, quando as mulheres junto com seus filhos e pertences materiais se deslocavam para a fazenda ocupada, elas

apresentavam boas justificativas, pois sabemos que as mulheres pobres nunca se deslocam ou migram para um lugar terem bons motivos.

Em um outro momento da entrevista, Deusilene nos relatou sobre sua chegada na fazenda, o local que ficou abrigada e as inúmeras dificuldades enfrentadas nessa trama,

[...] [quando eu cheguei] eu fiquei no barracão, aonde foi o barraco mesmo da ocupação que eles fizeram e chamaram Acampamento porque foi onde todas as pessoas se acamparam, ficaram lá em baixo [...] Minha fia, todo mundo aqui quando chegou ficou lá. Aí questão de um, dois mês eles vinheram, subiram aqui pra cima e derrubaram a mata, que era mata virgem, derrubaram essa mata aqui. Aí começaram dizer, esse lugar aqui é pra mim fazer meu barraco. Aqui era barraco, ninguém tinha casa. (Deusilene Rodrigues, Buriticupu, 2021)

O chamado “barracão” foi construído pelos primeiros posseiros que entraram na fazenda e usaram-no como esconderijo contra os pistoleiros do fazendeiro. Lá também, segundo ela, foi o primeiro lugar de moradia improvisado para as primeiras famílias que chegaram, todos ficavam juntos no mesmo lugar. Geralmente essas famílias já se conheciam, vinham de grande parte de um mesmo lugar, uns avisavam para os outros e assim uma rede de solidariedade foi-se formando. Ela conta que morou nesse barracão durante um ano, mas que as outras famílias começaram a se mudar e fazer suas moradias em outro local, um pouco mais acima, onde hoje é localizada a Vila São Francisco ou simplesmente Acampamento.

Começou-se a dinâmica do desmatamento da mata virgem para a construção dos primeiros “barracos”. Ela nos relata que estes eram “coberto de palha de coco anajá e só tampado de embaúba”. Perguntada sobre o que eles faziam para se alimentar, ela nos informou que “todo mundo trazia uma parte de casa, só que na invasão como aqui na fazenda tinha muito gado, as pessoas matavam os gado do fazendeiro e trazia o arroz e farinha da casa e comia com a carne do gado”. (Deusilene Rodrigues, Buriticupu, 2021).

Nesse sentido, os poucos alimentos que haviam eram providos por eles mesmos. E num ato ainda mais subversivo, eles matavam o gado do próprio fazendeiro e se alimentavam. Demonstrando tanto a realidade de extrema pobreza, como a coragem para enfrentar os obstáculos diários, na esperança de ter acesso à terra livre, nem que para isso fosse preciso morrer lutando.

Meses depois o grupo assentado contou com doações de alimentos, às escondidas, da Igreja Católica, na pessoa do padre responsável. Entretanto, em um outro momento nossa entrevistada relata que os posseiros plantaram uma roça coletiva para todas as

famílias que permaneciam no local: “No ano que eu cheguei era roça pra todo mundo [...] as coisa era tudo na casa do Geraldo², se você precisava, você ia pegar lá [...] Foi só um ano foi essa roça coletiva e no outro ano todo mundo procurou fazer a sua”. (Deusilene Rodrigues, Buriticupu, 2021).

Assim esse grupo de lavradores e lavradoras desenvolveram entre si, ainda que por pouco tempo, o que Thompson (1998) chamou de “economia moral” em que a produção existência não se tratava de um valor econômico, mas sim do compartilhamento familiar de bens, serviços e alimentação. Formaram uma comunidade cujos habitantes possuíam uma rede amizade, de solidariedade, de trocas e ajuda mútua, em que estes não eram enxergados como concorrentes e nem objetos de consumo, mas companheiros e companheiras de luta, era um terreno hostil e abominável pelo pensamento econômico capitalista.

A roça era coletiva para todos, o alimento era plantado e colhido para que pudesse alimentar todas as famílias do assentamento, estas precisavam apenas ir buscar a casa que ficava armazenado. Num sistema mundo capitalista onde tudo vira mercadoria para grupos econômicos ávidos por território, em fins da década de 1980, esse assentamento era um espaço de contradição e resistência a esse modo de produção.

Sobre o trabalho das mulheres no assentamento, Deusilene nos relata que as mulheres faziam todo tipo de trabalho, em pé de igualdade com seus companheiros.

[...] a maioria das mulheres tudinha ia pra roça. Eu ia, mas só no corte do arroz, que eu fui uma vez e assim ajudei o Luís a plantar mandioca, plantar o milho que era cavando uma cova e eu plantando. [...] Tinha vez que ia o dia todo, tinha vez que ia só meio dia deixar o almoço, voltava pra casa. Quem já tinha menino que era já grande, já ia pra roça e os meninos todos trabalhava, aí ficava logo [...] (as mulheres) fazia tudo, que cada mulher de lavrador sabe trabalhar na roça, só não faz é brocar³, mais plantar, capinar e colher [...] (Deusilene Rodrigues, Buriticupu, 2021).

Diante do exposto, podemos afirmar que as mulheres lavradoras realizavam todos os trabalhos em todos os espaços da comunidade, sendo que elas ainda eram responsáveis por fazer a comida e levar até a roça, cuidar dos filhos e da casa, além da lavagem de roupas. Nesse sentido, talvez o trabalho de “brocar” não fosse realizado por elas por causa do tempo menor no roçado, já que elas tinham vários outros afazeres.

² Nome fictício para preservar a identidade de terceiros, haja vista que o mesmo não foi entrevistado e por isso, não temos permissão para usarmos seu nome.

³ Nesse contexto, brocar significa abrir/derrubar uma mata para fazer a roça. Tirar as arvores de raiz mais pesadas.

Dona Deusilene nos mostra que ela e tantas outras mulheres trabalharam igualmente para o desenvolvimento do assentamento e sustentação de suas famílias (“Luís a plantar mandioca, plantar o milho que era cavando uma cova e eu plantando”), mesmo que esses trabalhos sejam infinitamente desvalorizados e invisibilizados, vistos apenas como uma “ajuda” que elas prestavam aos maridos ou como extensão do trabalho doméstico, tido como natural para as mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a questão agrária no Brasil na longa duração manteve a situação desigual de muita terra em poucas mãos e a Reforma Agrária nunca foi realizada e muito menos tida como uma questão prioritária de políticas públicas para o governo brasileiro. Esse processo gerou desigualdades históricas que impossibilitaram aos trabalhadores do campo o acesso à terra, além de são os camponeses o grupo social mais atingido pela pobreza extrema em nosso país.

A luta pela terra é também atravessada por questões de raça e gênero, por isso que as mulheres lavradores, em sua maioria negras e pardas, vivenciam essa realidade de forma diferente e são também as mais atingidas pelo abandono estatal. As mulheres, como relatou dona Deusilene, estão presentes do começo ao fim da formação do assentamento, realizam todos os trabalhos dentro de uma propriedade, entretanto, não são elas as titulares da terra, que em sua grande maioria estão no nome de seus companheiros.

A presença das mulheres nos assentamentos rurais e os trabalhos desenvolvidos por elas foram e são decisivos no processo de produção, distribuição, intercâmbio e o consumo de mercadorias e serviços, mesmo que processos como estes sejam brutalmente invisibilizados, apenas por serem realizados por mulheres.

Na lida diária, as mulheres do campo lutaram e lutam, resistiram e resistem, se organizaram e se organizam pelo direito ao uso e posse da terra, dentro de uma perspectiva de Reforma Agrária que seja democrática, integral e popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Isaías Neres. **A história do Assentamento Terra Bela**: 30 anos de lutas e conquistas. Buriticupu: 2018.
- AZEVEDO, Emílio. O livro e a conquista da terra. In: _____. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. ASSELIN, Victor. Imperatriz: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. São Luís: CRV; EDUFMA, 2019.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: _____. **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 45-72.
- CALAÇA, Michela; ALMEIDA, Itamara; CORDEIRO, Márcia; SILVA, Edcleine da Rocha; SOUSA, Déborah Murielle de; SANTANA, Guiomar Souza; DANTAS, Adriana. Organização das camponesas no nordeste e sudeste: produção agroecológica, auto-organização e luta por autonomia. In: _____. **Mulheres camponesas**: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia. LAODETE, Vanderléia Pulga. CALAÇA, Michela. CINELLI, Catiane. SEIBERT, Iridiani Graciele. CIMA, Justina Inês. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018, p. 53-80.
- Entrevista de **Deusilene Rodrigues A. Silva**, concedida à autora em 06 de novembro de 2021. Buriticupu, Maranhão.
- SEIBERT, Iridiani Graciele. Mulheres camponesas e o direito à terra: histórias de vida, de luta e resistência. In: _____. **Mulheres camponesas**: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia. LAODETE, Vanderléia Pulga. CALAÇA, Michela. CINELLI, Catiane. SEIBERT, Iridiani Graciele. CIMA, Justina Inês. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018, p. 229-256.
- LACERDA, Neemias Rodrigues. **Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu**. [Dissertação de mestrado]. UFMA, São Luís, 2014.
- MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. **Terra Bela**: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [trad] Angela M. S. Côrrea. Ed. 2. São Paulo: Contexto, 2019.

